

RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.411 - MG (2016/0294827-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BRADESCO S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO
ADVOGADOS : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - MG076696
DARCIO GUIMARAES DE ANDRADE - MG008096N
RECORRIDO : JULMAR DONIZETI BARONI
ADVOGADO : RENATO APARECIDO DE LIMA - MG129189N

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 124, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PRESENÇA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. PRETENSÃO EXIBITÓRIA. PROCEDÊNCIA EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS. DOCUMENTO COMUM. INEXISTÊNCIA DOCUMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA.DEMONSTRATIVO DE DÉBITO. EXTRATO DA CONTA VINCULADA. RESPOSTA DE CRÉDITO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 21, CAPUT, CPC. MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO CONSTANTE DA SENTENÇA.

I- Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ainda que inexista a solicitação administrativa dos documentos, cuja apresentação é requerida em sede de ação de exibição de documentos, há o interesse de agir.

II - Comprovada nos autos a relação jurídica entre as partes, o requerente tem o direito de exigir os instrumentos contratuais do negócio firmado com a instituição financeira demandada, que, por sua vez, tem o dever de apresentá-los.

III - A simples alegação de impossibilidade de exibição em razão de incêndio no local de guarda, sem a devida comprovação, não é suficiente para eximir a instituição financeira do dever de exhibir.

VI - A ação de exibição de documentos visa assegurar ao demandante a simples exibição de documentos comuns e referentes ao negócio jurídico entabulado entre as partes e não atender a pretensão outra, que deve ser deduzida em ação de prestação de

contas, por exigir exposição pormenorizada dos créditos e débitos advindos dessa relação jurídica, e tampouco documento exclusivo da instituição financeira ou do qual o Autor não demonstrou fazer jus.

V - Em decorrência da sucumbência recíproca, os ônus decorrentes desse fato devem ser distribuídos proporcionalmente, conforme determina o art. 21, caput, do CPC, o que foi observando no caso concreto.

Não foram interpostos embargos de declaração.

Em suas razões, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 233, 234, 393 do Código Civil e art. 357 do Código de Processo Civil de 1973.

Alega, em suma, a impossibilidade de exibição do documento pleiteado pelo recorrido, em razão de um incêndio no edifício que o albergava, o que configuraria a hipótese de caso fortuito.

Argumenta, ainda, que cabia ao recorrido provar que a declaração de inexistência do documento não correspondia à verdade.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 163, e-STJ).

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fl. 168, e-STJ. Assim delimitada a questão, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem, baseando-se na análise dos fatos, concluiu que o banco não comprovou a sua relação com a empresa vítima do incêndio nem que o documento vindicado pela parte autora realmente se encontrava guardado nesse prédio, conforme se verifica do seguinte trecho (fl. 123, e-STJ):

Cumpre mencionar que a simples alegação de impossibilidade de exibição dos documentos requeridos, em razão de um suposto sinistro ocorrido na sede da empresa que armazena os documentos, não é suficiente para eximir a instituição financeira de exibi-lo, vez que os documentos juntados às fls. 35/39 somente comprovam o incêndio na empresa Interfile, não estando demonstrada a relação jurídica entre a

instituição financeira e essa empresa de guarda e tampouco que o documento requerido se encontrava no local atingido por esse incêndio (...)

Rever essas conclusões tomadas pelo Tribunal estadual implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA PETIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INCÊNDIO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 07/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Se as matérias impugnadas no recurso não foram objeto de decisão por parte do acórdão recorrido, ressente-se o especial do necessário prequestionamento, o que faz incidir a censura da súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.

2. Pretende a recorrente o reexame de prova, pois o julgado ao reconhecer a ausência de prova de que os documentos requeridos foram destruídos em incêndio, ou da inexistência de outros meios para sua apresentação, o faz com base nos elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai a incidência da súmula 7 desta Corte.

3. Da leitura das razões expendidas na petição de agravo regimental, não se extrai argumentação relevante apta a afastar os fundamentos do julgado ora recorrido. Destarte, nada havendo a retificar ou acrescentar na decisão agravada, deve esta ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 961.994/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 9/12/2008)

A alegação de violação ao art. 357 do Código de Processo Civil também não deve ser acolhida, uma vez que o recorrente foi intimado para apresentar os documentos requeridos e, nessa oportunidade, afirmou que eles haviam sido destruídos no incêndio ocorrido no edifício em que se encontravam.

As instâncias ordinárias, contudo, rechaçaram tal alegação, nos termos do trecho acima transcrito, argumentando que a instituição financeira não comprovou sua relação com a empresa responsável por guardar os documentos e que os extratos de conta e o contrato do recorrido estavam, de fato, naquele prédio.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora